A Educação Infantil na cidade de São Paulo é reconhecida como uma rede que oferece qualidade, só que essa qualidade está sendo precarizada por conta do fechamento dessas salas. Isso começou - nós fazemos justiça, temos coerência, pelo menos nós, do PSOL -, esse processo de desmonte, na gestão passada, na gestão do Haddad, de Callegari e Chalita, os dois últimos secretários de Educação, mas que tem prosseguimento agora na gestão Doria.

Estamos assistindo ao desmonte da educação infantil: brinquedotecas, salas de informática e salas de leitura estão sendo desmontadas da rede de educação infantil na cidade de São Paulo, em nome do atendimento da demanda. Eles estão desmontando todo um aparato pedagógico para, em tese, atender à demanda.

Isso representa falta de planejamento, falta de investimento, porque a administração tem que fazer previsão de atendimento da demanda, tem que construir novos equipamentos de educação infantil, de Ensino Fundamental no caso da prefeitura.

No caso do Estado, o Estado tem que construir escolas de Ensino Fundamental e Ensino Médio, mas não há essa responsabilidade. O poder público lava as mãos e tenta, então, amontoar crianças nas escolas de educação infantil, desmontando espaços pedagógicos que, muitos deles, foram construídos com dinheiro da APM, pela própria comunidade escolar, que se organizou, em vários lugares.

Visitei muitas escolas de educação infantil, e ouvi esses relatos, como "nossa brinquedoteca foi construída com nossos recursos, a comunidade ajudou, porque a prefeitura não investiu na construção das brinquedotecas".

Só que agora a prefeitura vai desmontá-las. É um absurdo, Sr. Presidente.

O que me deixou mais chocado em toda essa história foi a justificativa do governo Doria, para o desmonte da educação infantil, para o fechamento dessas salas. Está publicado na primeira página da "Folha de S.Paulo": "A administração afirma ainda que metade das escolas municipais de educação infantil não possui espaços como os que foram substituídos, e o trabalho é reconhecidamente de boa qualidade".

Está dizendo que não importa, que esses espaços não têm importância alguma para o desenvolvimento das crianças em educação infantil. E eles vão destruir, estão acabando, estão fechando. Em quase todas as escolas de educação infantil eles estão fazendo um desmonte dos espaços pedagógicos, e não salas de lazer. Está errada a matéria aqui. O editor da "Folha de S.Paulo" tem que fazer uma correção aqui, ou ele pretende aqui fazer algum tipo de propaganda subliminar, justificando que é sala de lazer, então pode fechar.

Mas não é sala de lazer, é sala pedagógica. A educação infantil trabalha só com alunos dentro da sala de aula.

Uma outra justificativa do governo é de que esses espaços pedagógicos podem ser improvisados, no cantinho da sala. Fico imaginando como esse governo não conhece, realmente, educação infantil, improvisar um espaço desses no cantinho de sala de uma EMEI, com 35 ou 37 alunos.

Isso representa uma irresponsabilidade do governo, total falta de conhecimento do funcionamento da educação infantil na cidade de São Paulo.

Queremos repudiar, veementemente, esse desmonte da Educação, que começou lá atrás com Callegari, Chalita, e tem prosseguimento agora, com força total, no governo Doria.

Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, telespectadores da TV Assembleia, sou da rede municipal, professor e diretor de escola. Trabalhei na rede estadual por 20 anos também. Conheço as duas redes.

Temo que o governo Doria, que é filhote de Alckmin, é criatura, cria de Alckmin. E Alckmin destruiu e está destruindo, ainda mais, a Rede Estadual de Ensino. Temo que o governo Doria vá transformar a rede municipal na Rede Estadual de Ensino, vá igualar, vá degradar, vá destruir, vá precarizar também a Rede Municipal de Ensino, como ele está fazendo com a Cultura.

Vejam o que aconteceu com a Cultura, na cidade de São Paulo, um verdadeiro desmonte, seguindo a mesma linha do governo Alckmin, que desmontou a Educação e a Cultura, fechou oficinas culturais e acabou com a Banda Sinfônica do Estado de São Paulo. Isso é um crime, pois destruiu um patrimônio cultural e histórico do Estado de São Paulo.

O Doria está fazendo a mesma coisa com a Cultura. Reduziu quase pela metade o orçamento do setor, acabou com várias oficinas culturais e com o financiamento da Cultura. Extinguiu vários projetos culturais importantes, como o Clube do Choro e o projeto de samba da Biblioteca Mario de Andrade. A deputada Leci Brandão denunciou esse crime contra o patrimônio cultural brasileiro que é o samba.

E na Educação parece que o Governo vai fazer a mesma coisa. Já cortou o orçamento do Leve Leite e do TEG - Programa de Transporte Escolar Gratuito. As escolas da rede municipal têm reclamado de falta de material, inclusive óleo de cozinha para a merenda escolar.

Com esses cortes orçamentários feitos pelo prefeito Doria, nós vamos ter de fato um desmonte da Educação. Mas nós vamos reagir de várias maneiras, na Justiça, com mobilizações e na política, porque não vamos permitir que a educação municipal seja desmontada.

Já tínhamos feito essa denúncia há um bom tempo. Já tínhamos alertado a população a respeito desse desmonte. Várias comunidades escolares já tinham feito essa denúncia. Recebi várias comunidades aqui na Assembleia e visitei outras, colhendo informações a respeito dessa situação. E já tomamos as providências cabíveis.

Antes de encerrar, queria dizer que ontem o Supremo Tribunal Federal tomou uma decisão muito importante, ao reconhecer que as assembleias legislativas do Brasil não têm competência para decidir sobre a autorização de julgamento dos respectivos governadores que estejam sendo investigados pelo STJ - Superior Tribunal de Justiça.

Aqui em São Paulo temos uma Constituição estadual arcaica. Já há uma PEC - Proposta de Emenda à Constituição, alterando o Art. 49 para que tiremos esse entulho, esse anacronismo, da Constituição estadual. O governador Alckmin está sendo investigado pelo STJ, já há autorização para isso, porém ele não poderia ser investigado sem que houvesse autorização da Alesp.

O que é um absurdo, porque todos sabem que a Alesp é uma extensão, um "puxadinho" do governo estadual, está a serviço do governo, e ela jamais daria autorização para que o governador fosse investigado. Isso seria quase impossível, tanto é que o governo não é investigado pela Assembleia Legislativa.

Hoje foi noticiado que o Ministério Público Federal está investigando o Trensalão, ocorrido durante o governo Mário Covas. Só agora foi aceita a denúncia, porque o Ministério Público é muito atrasado, demora muito, principalmente aqui em São Paulo.

O fato é que não há investigação nenhuma aqui em São Paulo: o Tribunal de Contas do Estado, a Assembleia Legislativa e o MP - Ministério Público não investigam e o Judiciário também não. Então aqui o Governo corre solto.

Mas agora, com a decisão do Supremo Tribunal Federal, existe jurisprudência. E a Assembleia Legislativa precisa tomar alguma providência, alterando a Constituição estadual. Por isso, continuo pedindo apoio. Porque não é possível que, mesmo com tudo isso que está acontecendo no Supremo Tribunal Federal, a Assembleia Legislativa continue aplicando um artigo inconstitucional, que é o Art. 49 da Constituição estadual.

Espero que a base do Governo assine minha PEC e possamos aprová-la imediatamente para atualizar a Constituição Estadual, porque, hoje, o governador será investigado pelo STJ do escândalo da Lava Jato, do escândalo da Odebrecht, porque recebeu milhões de reais em 2010 e em 2014. As denúncias estão todas lá. Apareceu outra agora da Sabesp, envolvendo o financiamento da campanha do Alckmin via Sabesp, com empreiteiras. Enfim, são muitas denúncias que agora serão, de fato, investigadas, e não haverá necessidade de autorização do Parlamento Paulista, que é um Parlamento submisso ao governador Alckmin, que nada investiga em relação às graves denúncias de corrupção, de superfaturamento e de pagamento de propina envolvendo o governo tucano em São Paulo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - Sr. Presidente, havendo acordo entre as lideranças presentes em plenário, solicito o levantamento da presente sessão.

O SR. PRESIDENTE - JOOJI HATO - PMDB - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, havendo acordo entre as lideranças presentes em plenário, esta Presidência vai levantar a sessão. Antes, porém, convoca V. Exas. para a Sessão Ordinária de amanhã, à hora regimental, sem Ordem do Dia, lembrando-os ainda da Sessão Solene a realizar-se hoje, às 20 horas, com a finalidade de comemorar o Dia da Comunidade Chinesa, e da Sessão Solene a realizar-se segunda-feira, às 10 horas, com a finalidade de comemorar o Dia da Policial Feminina.

Está levantada a sessão.

* * *

- Levanta-se a sessão às 15 horas e 21 minutos.

* * *

8 DE MAIO DE 2017
59ª SESSÃO ORDINÁRIA

Presidentes: JOOJI HATO e CARLOS GIANNAZI
Secretário: ORLANDO BOLÇONE

RESUMO

PEQUENO EXPEDIENTE

1 - JOOJI HATO
Assume a Presidência e abre a sessão.
2 - CARLOS NEDER
Discorre sobre denúncia, veiculada na TV Bandeirantes, referente a não renovação dos contratos com empresas de segurança patrimonial nos parques públicos de São Paulo, por falta de licitações. Ressalta que estes parques ficaram sem nenhum tipo de segurança para o patrimônio e nem para os visitantes. Diz ter procurado saber da Secretaria do Meio Ambiente o porquê da falta de licitação e das contratações de emergência, onerando ainda mais os cofres públicos. Afirma que os escalões superiores foram responsabilizados. Critica a reação desta secretaria frente aos questionamentos dos jornalistas. Destaca que deve haver a democratização dos meios de comunicação, com a transparência nas respostas de problemas relacionados com a população.
3 - CORONEL TELHADA
Cita sua participação no funeral do soldado da Polícia Militar Ivan, de 34 anos, que faleceu no último domingo, em razão do capotamento da viatura que pilotava. Critica a visita do prefeito João Doria ao morador de rua Samir. Presta condolências à família do soldado morto. Lembra a realização, hoje pela manhã, de sessão solene do deputado Coronel Camilo em comemoração ao dia da policial militar feminina. Menciona a discussão a respeito da regulamentação dos 25 anos da policial militar feminina, de acordo com a Lei 144/14. Afirma que em São Paulo a lei aplicou-se somente para as policiais civis femininas, mas não para as policiais militares. Questiona a não aplicação para as mulheres da Polícia Militar. Destaca o PLC 04, com a emenda nº 7, que trata deste assunto nesta Casa. Critica a falta de reajuste por três anos da categoria.
4 - CARLOS GIANNAZI
Manifesta sua indignação com a publicação do Diário Oficial de sábado, com uma resolução sobre o desmonte da Orquestra Sinfônica do Theatro São Pedro. Lembra a extinção, no final do ano passado, da Banda Sinfônica do estado de São Paulo, considerada um patrimônio público. Afirma que foram reduzidos pela metade o número de músicos da orquestra, que serão substituídos por bolsistas. Informa que a gestão foi repassada, sem licitação, para a OS Santa Marcelina, que hoje faz a gestão da Escola de Música Tom Jobim. Diz ter pedido a convocação do secretário de Cultura na Comissão de Cultura desta Casa para que fossem prestados esclarecimentos a respeito do ocorrido. Menciona projeto de lei de sua autoria, que tramita nesta Casa, que institui os corpos estáveis do estado de São Paulo, entre eles a Orquestra Sinfônica, a do Theatro São Pedro e a de jazz. Menciona que as mesmas não foram criadas por legislação, mas sim por meio de decretos, não havendo estabilidade alguma.
5 - ORLANDO BOLÇONE
Cita a realização do segundo encontro das 70 estâncias turísticas do estado de São Paulo, sábado, em Olímpia. Menciona a participação de mais de 40 prefeitos de estâncias e cidades interessadas. Cita a presença do secretário de Turismo Laércio Benko, com uma dissertação a respeito da comemoração no Estado dos 300 anos da aparição da imagem de Nossa Senhora de Aparecida. Informa que a cidade de Aparecida recebe 150 mil visitantes todo final de semana. Destaca a necessidade de utilizar o turismo como estratégia de desenvolvimento local dos municípios. Agradece o secretário de Turismo pela participação no evento.
6 - CARLOS GIANNAZI
Assume a Presidência.
7 - JOOJI HATO
Ressalta os 14 milhões de desempregados e a violência enorme no País. Cita assalto à joalheria, sábado durante o dia, no shopping Villa Lobos, com dois reféns. Menciona a Lei Seca, de sua autoria, com o objetivo de buscar qualidade de vida e a redução do excesso de bebida alcoólica. Lembra também a lei das câmeras de segurança, colocadas em locais de delitos e ocorrências policiais. Destaca a necessidade de blitze do desarmamento e detector de metais em locais públicos. Informa que ontem, na Arena Corinthians, foi usado detector de metais e não houve nenhum problema durante o jogo.
8 - JOOJI HATO
Assume a Presidência.
9 - CARLOS NEDER
Menciona a realização da 2ª Feira Nacional da Reforma Agrária, organizada pelo MST no Parque da Água Branca. Ressalta a participação de mais de 170 mil cidadãos, com a comercialização de toneladas de alimentos e a presença de artistas populares, com o objetivo de resgatar a cultura brasileira. Destaca a discussão do combate ao uso do agronegócio, do latifúndio e o empenho do Governo para a produção em escala, a partir de propriedades de pequenas dimensões. Informa que a TV Bandeirantes fez uma contraposição a este movimento, afirmando que o mesmo pretendia destruir a agricultura brasileira. Critica esta posição da emissora de televisão.
10 - CARLOS GIANNAZI
Comenta o Anexo 1, referente às metas fiscais, da Lei de Diretrizes Orçamentárias, protocolada pelo governador Geraldo Alckmin nesta Casa. Lembra denúncias dos frigoríficos beneficiados por isenções fiscais, relativas ao ICMS, com perda de mais de um bilhão de reais na arrecadação do Estado. Afirma que esta política de isenção beneficia também outros setores, sem nenhuma contrapartida para os cidadãos. Cita as grandes mineradoras, a Ambev e as grandes avícolas, entre outros. Informa que na LDO o Governo intensificou as desonerações para estes grupos, representando mais de 11% do Orçamento. Critica a falta de verba para as áreas sociais. Diz que não aceitará a transferência de dinheiro para estes grupos.
11 - ENIO TATTO
Discorre sobre as obras na linha 9 da CPTM, que vai de Osasco até o Grajaú. Informa que as obras começaram em 2013, com uma previsão de gasto de 350 milhões de reais e entrega prevista para 18 meses. Destaca que a mesma está parada totalmente, com uma nova licitação para outros trechos, o que aumentará mais 500 milhões no orçamento inicial. Diz que a entrega está prometida para 2018. Exibe vídeo para ilustrar o seu pronunciamento.

GRANDE EXPEDIENTE

12 - ENIO TATTO
Pelo art. 82, critica a falta de planejamento do atual Governo. Afirma que a licitação que está sendo realizada não atende as exigências de quem financia a obra, que é o governo federal. Pede que a obra seja logo terminada. Combate o projeto do governador Geraldo Alckmin, aprovado nesta Casa, de transferência de um bilhão de reais da CPTM para a Dersa. Questiona as prioridades das obras. Informa que o secretário de Transportes garantiu que no primeiro semestre acabará a licitação e até o final do ano as obras serão retomadas. Destaca a necessidade de levar o presidente da CPTM até a região das obras paralisadas para explicar para a população o porquê da demora das obras.
13 - ENIO TATTO
Solicita o levantamento da sessão, por acordo de lideranças.
14 - PRESIDENTE JOOJI HATO
Defere o pedido. Convoca os Srs. Deputados para a sessão ordinária de 09 de maio, à hora regimental, com Ordem do Dia. Lembra a sessão solene a ser realizadas hoje, às 20 horas, em "Comemoração do Dia do Profissional da Contabilidade". Levanta a sessão.

* * *

- Assume a Presidência e abre a sessão o Sr. Jooji Hato.

* * *

O SR. PRESIDENTE - JOOJI HATO - PMDB - Havendo número legal, declaro aberta a sessão. Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Com base nos termos da XIV Consolidação do Regimento Interno, e com a aquiescência dos líderes de bancadas presentes em plenário, está dispensada a leitura da Ata.

Convido o Sr. Deputado Orlando Bolçone para, como 1º Secretário "ad hoc", proceder à leitura da matéria do Expediente.

O SR. 1º SECRETÁRIO - ORLANDO BOLÇONE - PSB - Procede à leitura da matéria do Expediente, publicada separadamente da sessão.

* * *

- Passa-se ao

PEQUENO EXPEDIENTE

* * *

O SR. PRESIDENTE - JOOJI HATO - PMDB - Srs. Deputados, Sras. Deputadas, tem a palavra o primeiro oradora inscrita, nobre deputada Leci Brandão. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Ramalho da Construção. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Carlos Neder, pelo tempo regimental.

O SR. CARLOS NEDER - PT - Sr. Presidente em exercício, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, telespectador da TV Alesp, funcionários desta Casa, farei hoje dois pronunciamentos, no Pequeno Expediente, tratando da programação da Rádio e da TV Bandeirantes, que fazem parte do Grupo Bandeirantes.

A primeira matéria diz respeito a uma denúncia veinculada pela Rádio Bandeirantes no último dia 5, relativa aos parques públicos do estado de São Paulo que não fizeram a tempo licitações para renovar os contratos com empresas de segurança e vigilância patrimonial. Em razão disso, alguns parques ficaram, já nesse momento, sem qualquer tipo de segurança para o patrimônio e, também, para os seus usuários.

O repórter da Rádio Bandeirantes procurou saber a razão pela qual o Governo do Estado - e, mais especificamente, a Secretaria do Meio Ambiente, tendo à frente o secretário Ricardo Salles - não tomou as providências e acabou por utilizar o expediente de sempre, que é fazer uma contratação de emergência. Sabemos que, em geral, essas contratações de emergência acabam onerando mais ainda os cofres públicos, na medida em que o planejamento, a organização e o processo licitatório não aconteceram como deveriam.

O que chama a atenção nesse fato é a maneira como o repórter foi atendido pelos dirigentes da Secretaria do Meio Ambiente. Ele inicialmente procurou as chefias dessas unidades, que são gestores de parques estaduais, e elas responsabilizaram os escalões superiores, porque coube a eles a decisão de fazer contrato de emergência em benefício de uma determinada empresa.

Sabe-se, inclusive, que a Rádio Bandeirantes teve acesso a essa denúncia a partir de uma empresa que se recusou a participar do direcionamento de contrato, que veio a favorecer outra empresa. Portanto, foi uma denúncia que chegou ao conhecimento da Rádio Bandeirantes e, corretamente, no seu trabalho investigativo, o repórter foi perguntar à chefia das unidades e, também, aos seus superiores a razão por não ter sido feita licitação e terem optado por esse tipo de contrato de emergência.

O que nós observamos é que a reação vinda por parte da Secretaria foi muito diferente daquilo que se esperaria, do ponto de vista da transparência e do respeito à opinião pública. Inicialmente, o Coordenador dos Parques Estaduais exigia que as perguntas fossem apresentadas por escrito. Na medida em que o repórter não concordou em agir dessa maneira, ele foi se transformando cada vez mais em uma pessoa agressiva, chegando, ao final, a bater o telefone para não responder mais as perguntas feitas.

Eu estou me referindo a uma prática que deveria estar sendo coibida, superada, na medida em que nós queremos o Estado Democrático de Direito, a democratização dos meios de comunicação e o direito de a imprensa investigar e ter as respostas que interessam aos cidadãos. A denúncia diz respeito à contratação de empresa de vigilância com caráter particular, privado, sem licitação. Reitero: contratos de emergência que se mostram mais onerosos.

Essa Secretaria foi entregue ao Partido Progressista, para que apoiasse a candidatura de João Doria à Prefeitura de São Paulo. Há várias outras ações a denunciar a maneira como o secretário Ricardo Salles vem agindo à frente da Secretaria do Meio Ambiente, inclusive com a adoção de cobrança de estacionamento nos parques públicos, com o argumento de que isso iria diminuir os gastos com os parques estaduais. Entretanto, gastam muito mais em um contrato de emergência, ao invés de fazerem uma licitação. Mais do que isso: de maneira arrogante e autoritária, tentam calar a imprensa.

É exatamente por isso que nós apresentamos um projeto e defendemos a criação de conselhos gestores em todos os parques estaduais, a exemplo do que já aprovamos em âmbito municipal, para que a população possa fiscalizar e interagir com o poder público, para que também a imprensa tenha acesso às informações.

Sr. Presidente, solicito que cópia deste pronunciamento seja encaminhado ao presidente da Comissão de Meio Ambiente, uma vez que a Assembleia Legislativa deve se interar desses fatos.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE - JOOJI HATO - PMDB - É regimental o pedido de Vossa Excelência.

Tem a palavra o nobre deputado Enio Tatto. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Gilmar Gimenes. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Antonio Salim Curiati. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Delegado Olim. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Coronel Camilo. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Coronel Telhada.

O SR. CORONEL TELHADA - PSDB - Sr. Presidente, deputado Jooji Hato, Srs. Deputados presentes em plenário, deputado Orlando Bolçone, deputado Itamar Itamar Borges, deputado Carlos Neder e deputado Carlos Giannazi, todos os funcionários e assessores presentes em plenário, Srs. Policiais e Sras. Policiais Militares, cheguei hoje atrasado no plenário porque, infelizmente, mais uma vez, tive que ir ao funeral de um soldado da Polícia Militar do Estado de São Paulo.

Ontem, a Polícia Militar perdeu mais um de seus policiais, o soldado Ivan Fernando da Silva Correia. Esse jovem de 34 anos morreu ontem, domingo, dia sete, em decorrência do capotamento da viatura que ele pilotava - ele era o motorista da viatura. Eles estavam se deslocando para uma ocorrência quando sofreram acidente de trânsito. O policial militar Ivan Fernando da Silva Correia, da Força Tática do 51º Batalhão, da zona leste, ficou preso nas ferragens e faleceu. A foto exibida no telão é da viatura. Parece que é Toyota, uma viatura grande.

Infelizmente, mais um policial militar perdeu sua vida e não será lembrado, não será valorizado porque, como eu disse outro dia, ficou comum morrer policial. A sociedade não se espanta mais, as autoridades não prestam atenção nisso, só quando morre criminoso, aí não falta gente falando da violência policial. Quando a polícia troca tiro com ladrão, não falta gente para falar. Gozado que essas pessoas que defendem são as mesmas que depois querem que nós prendamos o ladrão. Quando essa pessoa é vítima de roubo, ela quer que a polícia vá trocar tiros, matar ou prender o ladrão, mas quando acontece isso, torna-se o bom mocinho, o politicamente correto e vem encher o saco, falar mal da polícia. Eu já falei várias vezes e tenho que repetir: a sociedade precisa definir o que ela quer, de que lado ela está, do lado do bandido ou do lado da polícia, porque está difícil. Venho todos os dias falar de policial que morreu. Está difícil.

Outro dia, vieram falar do guarda civil que bateu no "nóia", no vagabundo que ficava na rua - para quem não sabe, quem usa droga e mora na rua é "nóia". Vieram defender o "nóia", falar que ele era coitadinho. Outro dia a imprensa noticiou que o cara só tinha dois homicídios, já estava com o punho quebrado e aproveitou para fazer aquele barulho todo. No meu entendimento, infelizmente, o Doria deu um vacilo quando foi visitar o cara no hospital. Quero ver, na próxima vez em que tiver um guarda civil ferido, se o prefeito vai visitá-lo no hospital também.

É complicado. Na nossa sociedade, quem tem valor é ladrão, quem tem valor é bandido, haja vista as eleições, em que, infelizmente, nós vemos pessoas acusadas de roubo que continuam sendo eleitas. É muito difícil isso. A sociedade precisa definir o que quer.

O soldado Ivan estava há mais de sete anos na Polícia Militar. Ele trabalhava na zona leste, passando por vários batalhões. Nossos sentimentos à família. Eu estive com o Sr. Fernando, pai do soldado Ivan, sargento aposentado. Meus sentimentos à família do Sr. Fernando, a todos os familiares, a toda Polícia Militar, aos homens e às mulheres do 51º Batalhão da Polícia Militar Metropolitana. Nossos sinceros sentimentos.

Sr. Presidente, hoje pela manhã, nós tivemos um evento presidido pelo deputado Coronel Camilo, que contou com a minha presença e as presenças dos deputados Cauê Macris, presidente da Casa, Fernando Capez e Delegado Olim. Nós tivemos uma sessão solene para comemorar o Dia da Policial Militar Feminina. Para valorizar as nossas mulheres policiais, foram feitas homenagens pelo deputado Coronel Camilo.

Foi também discutido um assunto que nós já conversamos com os deputados - creio que a maioria deles, independente do partido, esteja conosco -, a luta pela regulamentação dos 25 anos da policial militar feminina.

Existe a Lei Complementar nº 144, de 15 de maio de 2014, que foi editada pela então presidente Dilma Rousseff, e que faz algumas alterações na legislação vigente. Entre essas alterações, temos: "Art. 1º - o servidor público policial será aposentado quando: b - após 25 anos de contribuição, desde que conte com, pelo menos, 15 anos em exercício de cargo, de natureza estritamente policial, se mulher."

Vejam. Não sou um douto deputado, não sou formado em Direito, mas a lei é para ser cumprida. Aqui no Brasil, quando uma lei é editada, todos querem discutir, e ninguém quer cumprir essa lei.

A Lei nº 144/14 fala que após os 25 anos de serviço, será aposentado, se mulher. É simples assim. Mas aí os doutos vêm discutir. Conclusão: no estado de São Paulo, a partir de 2014, a policial civil feminina passou a se aposentar com 25 anos. Mas a policial feminina militar, não.

Interessante que o parecer da prezada juíza Cármem Lúcia - ela é mulher, e não valorizou as mulheres - ela que foi relatora de uma Ação Direta de Inconstitucionalidade de Promissão, feita pela OAB, diz que as policiais militares não estão sendo protegidas pela lei da presidente Dilma, porque ela entende que essa lei não é aplicável aos militares.

Pergunto: e daí, Sra. Juíza, quem perguntou para a senhora se se aplica aos militares, ou não? A lei é clara, fala em "serviço policial, se mulher." Então, para a senhora, antes de ela ser mulher, o que vale é ela ser militar, é isso? O fato de ela ser mulher deixou de perder o valor a partir do momento em que ela se tornou militar, é isso? É isso que a senhora está dizendo, na sua relatoria?

Ou seja, é uma relatoria que foi feita para dizer que está do lado do governo. Na realidade, o STF não está trabalhando pelo seu povo, pela sua polícia. Está trabalhando pelo governo. Temos aqui deputados que todo dia falam do aparelhamento do governo, em relação ao seu Legislativo, e é verdade. O pessoal trabalha de acordo com o que o governo quer. Aqui está uma prova disso.

Portanto, a lei da presidente Dilma é bem clara. Ela fala em "25 anos para o serviço policial, aposentadoria aos 25 anos, se mulher." Não temos o que discutir.